

PARCERIA MOÇAMBIQUE-CHINA: CRUZAMENTO DE ESTRATÉGIAS SEEKING EM CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA (UM OLHAR AOS RESULTADOS DO PERÍODO 2001-2016)

Mozambique-China partnership: crossing "seeking" strategies in the context of financial globalization (a look at the results of the 2001-2016 period)

Vasco Alberto Chemane¹

Introdução

A China tem procurado nos últimos anos, no que ao sistema mundial diz respeito, materializar a mensagem contida na afirmação de Deng Xiaoping, segundo a qual, de acordo com LEÃO *et al.* (2011:13), “só se pode falar alto, quando se tem muito dinheiro”, e para o alcance deste desiderato, a sua economia tem sido um trunfo de dimensão insofismável, pelo peso que atingiu na economia global, justificado pelo ritmo a que tem crescido, “10% ao ano, há mais de trinta anos, sendo hoje considerada a «fábrica do mundo»”, segundo ainda LEÃO *et al.* (2011:14). Este desejo tem vindo a ganhar corpo mercê da dinâmica econômica resultante da ascensão ao poder em 1978, de um grupo pragmático liderado por Deng Xiaoping, aproveitando uma transição política aberta com a morte de Mao Tsé-tung, em 1976, o qual encabeçou desde logo a implementação paulatina de novo modelo, com características de economia de mercado, o “socialismo com características chinesas”, e PRASAD (2017:30) atesta os resultados quando afirma:

A economia Chinesa é agora a segunda maior no mundo (com base nas taxas de câmbio de mercado). Em 2016, o seu produto interno bruto (PIB) foi de USD11 trilhões, correspondendo a 15% do PIB mundial, atrás somente dos Estados Unidos da América (EUA), cujo PIB foi de USD19 trilhões. A China é igualmente um importante *player* no comércio internacional, contribuindo com 13% das transacções globais de bens².

¹Mestre em Gestão de Empresas (MBA) peoa Instituto de Ciências de Trabalho e da Empresa (ISCTE) Portugal, grau obtido em 2007. Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais, com conclusão prevista para 2020 Docente de cadeiras de gestão na Escola Superior de Gestão, Ciências e Tecnologias Chefe de Departamento de Ciências de Gestão na mesma Escola Universidade Politécnica de Moçambique. Email: vascochemane@gmail.com

²China's economy is now the second largest in the world (based on market exchange rates). In 2016, its annual GDP was \$11 trillion, accounting for 15 percent of world GDP, second only to the United States, whose annual GDP is \$19 trillion. China is also an important player in international trade, accounting for 13 percent of global trade in goods

Os resultados decorrentes do novo modelo estão à vista, não obstante este ter suscitado resistência às reformas que o mesmo implicava, o que determinou que estas incidissem mais sobre a economia e menos sobre a política. Os factos evidenciam a pujança chinesa, materializada pelas transformações que conquistou no sistema económico e político internacional, no virar do século XXI, nomeadamente, de acordo com LEÃO *et al.* (idem), “nova divisão internacional do trabalho e mudanças nas posições relativas de determinados Estados nacionais na hierarquia do sistema mundial”.

A China passou a receptor das exportações africanas e de origem das suas importações, como consequência da sua transição de «actor estático» para a de país mais influente no continente, em concorrência com os EUA (Estados Unidos da América), a qual se tem saldado em crescimento económico. Carmody & Owusu (2011) referem que no caso da África Subsaariana, este crescimento registrou uma taxa de quase 7% ao ano, entre 2004 e 2007, para depois cair para 2,6% em 2009, puxado pela crise económica global. Outro impacto desta digladição de gigantes, é o investimento direto estrangeiro (IDE), que em termos absolutos, registrou uma expansão no mesmo período. Há que assinalar que esta digladição assume nalguns casos, o formato de guerras por procuração, ou outras formas de fomento de conflitos visando enfraquecer o outro lado, conforme MACHADO (2012), BRITO (sem data), CRAVINO (2009 e 2011).

Os ganhos ditaram um novo posicionamento chinês no cenário multilateral, vincado por exemplo pela sua passagem em 2005, à posição de segundo maior parceiro comercial de África, em detrimento do Reino Unido, ou pela mudança do sentido do fluxo das “*raw materials*” produzidos em África, que outrora fora, na totalidade, no sentido África-Occidente, passando este sentido, nos últimos quase trinta anos, a ser no sentido África-China. Este quadro de ganhos, impõe um olhar analítico com enfoque num cenário bilateral, que permita dissecar os *paradigmas*, as *políticas*, as *estratégias* e as *táticas* que enformam a conduta chinesa na sua relação com países da periferia como Moçambique e *vice-versa*, considerando que do lado de Moçambique, a relação é colocada quer no discurso, quer na imprensa oficial, no patamar de parceria estratégica, conforme Suplemento Especial do Jornal Notícias (2017 e 2018).

O texto³ busca os objectivos elencados no parágrafo anterior, e para além desta secção que serve de introdução, compreende uma segunda na qual se apresentam conceitos teóricos de suporte e uma terceira parte em que se desenvolve analiticamente o papel desempenhado por cada um dos parceiros, os objectivos e/ou estratégias motoras e a parte final é reservada à conclusão, para além da indicação das referências.

Conceitos teóricos

Cooperação internacional para o desenvolvimento

A cooperação envolve a partilha de objectivos ou de interesses entre as partes, que acordam nas actividades ou papéis de cada um dos lados, com vista ao alcance do desiderato pretendido. É uma relação que

³Resulta de melhorias e adaptação para publicação, do Trabalho Final apresentado na disciplina “A Globalização e a Dinâmica dos Mercados Internacionais”, do programa de pós graduação em “Estudos Estratégicos Internacionais” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

pode envolver indivíduos, empresas ou organizações e em maior escala, os Estados. É diferente da colaboração, e oposta à competição, por envolver o consenso e pode ser distinguida em: cooperação financeira, cooperação comercial, cooperação técnica, cooperação tecnológica, cooperação militar, cooperação a nível de produção, e, mais abrangente, a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), a qual surgiu no intuito de promover o desenvolvimento, no âmbito das metamorfoses em curso no sistema internacional (SI) e nas relações internacionais (RI's), materializadas pela convivência de actores estatais e não estatais, simultaneamente recebedores da cooperação. No caso dos actores estatais, a CID passou a ser instrumento da política externa, usada pelas partes envolvidas, na promoção das suas estratégias de desenvolvimento.

Apontada em parte significativa da literatura como tendo surgido no contexto da guerra fria e do Plano Marshall e inicialmente enfatizando as relações Norte-Sul, a CID se constituiu na base do envolvimento dos países desenvolvidos nos esforços de prover aos menos desenvolvidos, apoios substantivos e necessários com vista ao desiderato de desenvolvimento (CONCEICAO, 2015), isto é, a CID visa, conforme indicam Sangreman (2009) e Tomazini (2017), proporcionar aos países menos desenvolvidos, recursos para atingirem num período muito mais curto do que os países desenvolvidos o tinham feito, o padrão ocidental, por meio de diferentes estratégias, que podem envolver transferência de recursos financeiros e/ou conhecimentos técnicos especializados, entre outros. O carácter determinante da guerra fria na evolução e institucionalização da CID, é desmistificado por MILANI (2012), citado por CONCEICAO (2015:117) nos seguintes termos:

Passou a constituir uma ferramenta fundamental na composição das agendas de política externa dos países ricos, actuando, desse modo, como vinculador ao nível internacional dos seus valores, agendas, práticas de governação, para além de que se constitui também em uma via de expansão dos modelos do capitalismo ao nível global, no caso na periferia,

vinculação que se estende ao uso das empresas e equipas públicas e privadas dos países doadores, que vêm assim os seus interesses estratégicos, económicos e comerciais assegurados, pelo papel que os dois últimos desempenham no desenvolvimento, a exemplo da industrialização atrelada a uma política comercial orientada para as exportações, conforme CHENERY *et al* (1986).

Focando a dimensão ecológica do desenvolvimento, NHACHENGO (2018:4) (citando ROFERS *et al.* 2008 & SHUMAN 2010), postula que este é sustentável quando permite a “satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”, o que pressupõe que a CID deve ser conduzida nesta perspectiva.

Com o fim da guerra fria, a CID é justificativa do facto de que os Estados estão cada vez mais envolvidos com a cooperação, no quadro prevalecente no SI, caracterizado por uma correlação de forças em que a defesa dos interesses com base nas premissas do realismo político, vai cedendo espaço aos realismo defensivo, uma corrente paradigmática que subalterniza o uso da força na resolução de disputas entre Estados e defende a dissuasão, sobressaindo as preferências em detrimento da força, levando à primazia da cooperação

como manifestação da sua interdependência, realizando transações entre si, com as economias mais eficientes ou centrais a realizarem mais transações que as economias menos eficientes ou periféricas.

A cooperação e interdependência são duas faces da mesma moeda, que têm atrelados os conceitos de sensibilidade, que se refere à capacidade de ajuste de cada actor ou parceiro envolvido, às mudanças em outras partes do SI, e à vulnerabilidade, tida como sendo a capacidade das grandes potências afectarem negativamente as pequenas, a qual diminui com o aumento da capacidade nacional por parte das pequenas. Nesta perspectiva, a cooperação pode funcionar como exercício ou demonstração de poder, materializado através do controlo dos recursos, ou pelo potencial de influenciar os resultados, conduzindo conforme GILPIN (1981), a que ela funcione como instrumento usado pelas grandes potências para criarem assimetrias, que têm como reverso da medalha a dependência, que Keohane & Nye (2012) entendem como determinada ou significativamente afectado por forças externas, gerando a interdependência ou dependência mútua e complexa, no sentido de que os efeitos das transações internacionais envolvem fluxos de pessoas, dinheiro, bens e informação.

Globalização

O fenómeno da globalização é visto ou interpretado sob várias perspectivas dentre as quais as de OSTERHAMMED & PETERSON (2005), nomeadamente a entusiástica e a pessimista, com a primeira aplaudindo o advento do fenómeno, por significar o começo de uma nova era de crescimento e prosperidade, e a segunda vendo a globalização como a emergência da dominação global pelos grandes negócios oriundos dos países ocidentais, para deprimir a democracia, os direitos laborais, os países pobres, e o sistema ecológico global. Estes mesmos autores discutem a problemática do consenso sobre o entendimento da globalização, referindo que se este existe, “é a assunção de que a globalização desafia a importância do Estado-Nação e altera o equilíbrio do poder entre Estados e mercados, a favor destes últimos”⁴, (2005:6).

A visão dos autores do que se pode considerar escola CEPALINA⁵ (2002:17) se enquadra na perspectiva pessimista, pois para os mesmos, “no terreno económico, sobretudo no sentido mais amplo do termo, o actual processo de globalização é incompleto e assimétrico, tendo como principal característica o défice de governabilidade”, posicionamento próximo ao defendido por OSTERHAMMED & PETERSON (2005:7-8), ao colocarem na segunda posição “a sua influência sobre tudo o que é coberto pela rúbrica cultura”⁶ e na terceira, “compressão do tempo e espaço”⁷, a qual aumenta a velocidade das comunicações, o que remete para o facto de que “localização, distância, e fronteiras já não jogam nenhum papel em muitos relacionamentos sociais”⁸.

Os efeitos da globalização têm carácter transversal, estendendo-se de acordo com BOTELHO (2015), desde o tamanho e natureza dos mercados, tornando-os globais e integrados, passando pelas finanças, através

⁴It is the assumption that globalization challenges the importance of the nation-state and alters the balance of power between states and markets in favour of the latter.

⁵Documento coordenado por José Antonio Ocampo, Secretário Executivo da CEPAL e incluído nas referências.

⁶Its influence on everything covered by the rubric “culture”.

⁷space-time-compression

⁸Location, distance, and borders no longer play a role in many social relationships.

da globalização financeira, a tecnologia, que no caso de informação e telecomunicações deu azo ao desabrochar das redes globais, a política, que tem viabilizado o liberalismo económico e uma nova ordem económica dirigida pelas leis de mercado, a economia via integração e redistribuição dos potenciais de crescimento e gestão empresarial, que leva as empresas a focarem a cooperação em contexto de concorrência em mercados cada vez mais competitivos, abrindo espaço à “*coopetição*”, competitividade que é explicada por MILNER (1999), nos seguintes termos, com base no teorema de Stolper-Samuelson,

[...] quando factores de produção tais como trabalho e capital podem se mover livremente entre sectores, uma mudança da liberalização para o protecçãoismo irá aumentar o rendimento dos factores que são relativamente escassos no país, e reduzirá o rendimento daqueles factores que são abundantes. Então, os sectores onde os factores escassos irão suportar o protecçãoismo, enquanto os sectores onde os factores abundantes irão se opor⁹.

A mobilidade de factores possibilita transações financeiras globais, em resultado do que Arrighi (2006) chama de acumulação flexível, pelo facto de que, segundo ainda o mesmo autor (2006:8), “...a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das actividades económicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação”. WALLERSTEIN (2006) coloca-se do lado dos custos e escreve que a globalização neoliberal é uma tentativa massiva de combater o aumento dos salários e dos custos, ou de contrariar as exigências de internacionalização dos custos e redução dos níveis de impostos.

A globalização financeira se insere na perspectiva pessimista entre as duas acima indicadas, uma vez que é consequência da adopção de estratégias globais de negócios, respondendo às necessidades do capital financeiro¹⁰, face à sua nova relação quer com o Estado, quer dentro da sua própria orla, quando este se apresenta nas suas diferentes componentes, com destaque para o capital produtivo e o capital dinheiro, decorrendo daqui o entendimento da globalização trazido por NAKATANI & MARQUES (sem data), segundo o qual o conteúdo efetivo deste fenómeno é;

[...] dado não pela mundialização das trocas, mas das operações do capital, sob a tripla forma do capital industrial, do capital concentrado engajado no negócio e na grande distribuição e, sobretudo, cada dia de maneira mais evidente, sob aquele do capital-dinheiro concentrado que se valoriza no seio da esfera financeira, mas que se nutre de punções sobre a esfera produtiva onde se formam o valor, a mais-valia e outras variedades de sobre-produto.

A partir de FARIA (2003) que ao mapear diversas abordagens, concilia os estágios de desenvolvimento com os ciclos sistémicos de acumulação, é possível associar o início do capitalismo industrial com o ciclo sistémico inglês de acumulação, por ter sido neste ciclo que, com base nas vantagens tecnológicas da revolução industrial, a produção começou a ser direccionada para a troca desigual, graças ao poder concentrado em um reduzido número de famílias ou de empresas, que beneficiam da regulação concorrencial e dos

⁹Nossa tradução.

¹⁰Segundo NAKATANI & MARQUES (sem data), capital financeiro ou capital-dinheiro, vive de rendas que derivam da partilha da mais-valia, isto é, em dedução do lucro bruto de exploração do capital industrial.

mecanismos de protecção instituídos pelo poder Estatal. O capital¹¹ é, nesta fase, empregue para gerar riqueza ao seu detentor, quando este se apropria, segundo sustentação de Karl Marx, da mais-valia gerada pelo trabalho alheio não pago.

Ainda a partir de FARIA (Idem), é pacífica a ilação de estender a vigência do capitalismo industrial às fases inglesa e norte-americana de acumulação sistémica, exactamente nos períodos em que naquelas duas fases, o circuito D-M-D¹² era conduzido pelo capitalista industrial. A redução dos ganhos de produtividade (ver FARIA, Idem:79) provoca o “inchaço do capital financeiro”¹³ que assente na especulação, sobrepõe-se ao capital industrial, dando origem à expansão financeira¹⁴, não implicando a exclusão da convivência com outra modalidade de capitalismo, o industrial. O inchaço refere-se ao facto de que através da especulação, o capital não empregue na produção industrial, se converte numa mercadoria fictícia.

Estes “desenvolvimentos” no domínio do capital financeiro, foram complementados com avanços tecnológicos, a diluição de fronteiras nacionais, a desregulamentação dos mercados financeiros e a liberalização do movimento de capitais, em associação com a instabilidade de taxas de câmbio e de juros, impulsionando as inovações financeiras, a expansão dos instrumentos derivativos e da securitização, justificando a ascensão referida por ARRIGHI (2006:3), que dá hoje corpo à “globalização financeira”.

Estratégias seeking

A estratégia compreende um conjunto de decisões ou actividades que emanam das políticas definidas no contexto do planeamento e conduzidas ao nível superior das organizações¹⁵, processo que conforme doutrinação dos modelos analíticos clássicos¹⁶, compreende a identificação das circunstâncias do ambiente (análise externa) e das circunstâncias organizacionais (análise interna) com potencial para afectar negativa ou positivamente a concretização dos objectivos estratégicos pretendidos, podendo então a estratégia ser vista como um composto de plano, pretexto, padrão, posição e perspectiva; MINTZBERG & QUINN (2001:26-30).

A estratégia se apresenta como plano quando, de acordo com os mesmos MINTZBERG & QUINN (*idem*), define o sentido ou a forma de realização de uma acção de modo consciente ou ainda, define um conjunto de directrizes sobre como lidar com uma determinada situação. Desta definição se pode derivar que estratégias *seeking* se focam na prossecução de um objectivo ou resultado específico, como seja a obtenção ou

¹¹Capital dinheiro ou Capital industrial.

¹²Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro.

¹³Ver TAUILE & FARIA, 1999.

¹⁴ARRIGHI (2006:8), usa a expressão no plural, em alusão ao facto de que as expansões financeiras ocorrem entre as crises sinalizadora e terminal, da transição de cada ciclo sistémico de acumulação, ciclos com cada vez menor duração, com fundamento na ideia da aceleração do tempo, emprestada por FARIA (2003) a SANTOS, (1994) que a desenvolve em “Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 3.Ed. São Paulo: Hucitec, 1997”.

¹⁵Empresariais, Governamentais e outras.

¹⁶Modelo LCAG (Acrónimo das iniciais dos apelidos dos autores do modelo, nomeadamente Learned, Christensen, Andrews e Guth) e Modelo SWOT (strengths, weaknesses, opportunities e threats). A análise interna permite identificar os pontos fortes e fracos, com estes últimos a corresponderem ao que KEOHANE & NYE (2012) designam vulnerabilidades, que quando bem exploradas por uma das partes num cenário de cooperação entre Estados, alimentam as assimetrias.

posse de uma vantagem estratégica. As acções *táticas* no caso em apreço, podem se traduzir na aplicação isolada e/ou conjugação de instrumentos da política comercial, industrial, de investimentos, etc.

Existem diversas formas de tipificar estratégias, a exemplo das duas perspectivas usadas por BOTELHO (2015) a propósito do IDE, nomeadamente a perspectiva do país investidor e a perspectiva do país receptor. Na perspectiva do país investidor, existem quatro tipos de estratégias de IDE, com motivações específicas, nomeadamente: Busca de mercados (*Market seeking*); Busca de recursos (*Resource seeking*); Busca da eficiência (*Rationalized* ou *Efficiency-seeking*); Busca de activos estratégicos (*Strategic asset seeking*), que são implementadas em sintonia com os interesses, políticas ou objectivos preconizados, como seja uma política comercial assente no “crescimento orientado para as exportações”, na “industrialização de substituição de importações” ou numa combinação das duas opções.

Já do lado do país receptor, existem três tipos de estratégias, a saber: Substituição de Importações (IDE¹⁷ *seeking*); Estimulação de Exportações (IDE *seeking* & *Financing seeking*); Investimento de iniciativa governamental (*Financing seeking*), que igualmente são implementadas em função das políticas ou objectivos igualmente plasmados na respectiva política comercial.

Estratégia da China em África

No cenário mundial actual, retratado na “Introdução” e em que a China se converteu na “fábrica do mundo”, a tónica dominante, é a combinação do desenvolvimento tecnológico nas áreas de transporte e das tecnologias de informação e comunicação e o crescimento da economia, construindo um contexto que amplia o carácter estratégico dos recursos naturais, notadamente as *commodities* destinadas às “*raw materials*” e as *commodities* energéticas, com o gigante asiático a desempenhar um papel fundamental, pois nas palavras de MEDEIROS (2013:144):

Como um produtor industrial ampliou o mercado internacional para minerais, produtos básicos e energia. A redução em custos de transportes e novas tecnologias ocasionaram uma corrida e uma forte competição entre os principais países importadores e indústrias extractivas, o que estimulou um rápido crescimento das exportações em muitos países ricos em recursos.

A consumação do carácter reservado aos recursos naturais na sua economia, tem conduzido a que o envolvimento global da China, passe por um relacionamento estratégico com África, num cenário em que a contrapartida do esforço do espraiar o desenvolvimento através da cooperação, conduziu a que esta, conforme SOUZA (2014:266), “tende a se confundir com investimentos estrangeiros directos e exportações de serviços”¹⁸ incluindo uma componente *resource seeking*, de acordo a seus objectivos, indicados por CORREIA (2010) como sendo: (1) Acesso a recursos e matérias-primas; (2) Conquistar o acesso a mercados mundiais¹⁹ e

¹⁷Foreign Direct Investment (IDE).

¹⁸O que legitima a abordagem seguida neste texto de ligar a cooperação e estratégias *seeking*.

¹⁹Aqui tem relevo a autonomia da política económica da China, que de acordo com MEDEIROS (2006), consiste desde 1994, em manter fixa a taxa nominal de câmbio do Yuan com o USD (8,3 yuan=1 USD) e introdução da plena convertibilidade para as transações correntes, desde 1996.

(3) Desempenhar um papel de maior relevância na cena política internacional, e SKANSHOLM (2015) confirma a prossecução dos três objectivos pela China, em resposta ao seu carácter de potência emergente.

A posição da China como produtor industrial é atestada pela UNCTAD (2005a), quando refere que o crescimento da produtividade industrial acelerou nos meados dos anos de 1990 e expandiu a uma taxa sem precedentes de 14,7% anualmente entre 1997 e 2000. O peso da China no aprofundamento do carácter estratégico das *commodities* também foi abordado com destaque por MEDEIROS (2006), que caracteriza-a como “Duplo Pólo”. Argumenta que enquanto num pólo, (o das Tecnologias de Informação (TI) e de bens de consumo industriais) sua capacidade de produção lhe permitiu deslocar produtores asiáticos, que endereçavam a sua oferta aos mercados ocidentais, no outro pólo, o de grande mercado interno em expansão, tornou-se o principal motor do desenvolvimento asiático, o que, combinado com a “manutenção de um extraordinário crescimento económico e da estabilidade do Yuan [...] se afirmou como um exportador líquido, para os EUA e o Japão, transformou-se simultaneamente, num importador líquido para a Ásia”; MEDEIROS (2006:382).

As Tabelas 1 e 2, referentes ao período coberto pelo texto, concorrem para validar a constatação de MEDEIROS (2006), pois demonstram que a economia chinesa registou um crescimento anual médio do PIB de 9,5%, com as exportações e importações a terem um desempenho equiparado em termos de média anual, crescendo ambas a 15,5%, bem acima do crescimento da economia. A avaliação do peso das exportações e importações no PIB indica uma média anual de 26,9% e 23,0% respectivamente, um diferencial de 3,9 pontos percentuais, com efeitos positivos no que se refere à balança de pagamentos e ao crescimento do PIB da China.

Tabela 1 - Alguns indicadores macroeconómicos da China _ Unidade: 10⁹USD correntes

Indicadores	Anos															
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	1,339	1,471	1,660	1,955	2,286	2,752	3,552	4,598	5,110	6,101	7,573	8,561	9,607	10,482	11,065	11,191
Exportações	272	333	448	607	773	992	1,257	1,495	1,251	1,603	2,006	2,175	2,354	2,462	2,362	2,200
Importações	244	296	412	556	649	783	949	1,147	1,030	1,380	1,825	1,943	2,119	2,241	2,003	1,945

Fonte: Banco Mundial (2018)

A avaliação do peso das exportações e importações no PIB, deixa claro o quanto a economia chinesa precisa dos países africanos produtores de “*raw materials*”, bem como daqueles países (incluindo africanos) consumidores dos produtos da sua indústria galopante, para assegurar a continuidade ou manutenção da *performance* económica até aqui registada, o que justifica que entre 2006 e 2010, a média anual do influxo de recursos financeiros chineses no continente Africano através do EXIMBANK of CHINA, tenha sido de

USD25.800 milhões²⁰, conforme RIBEIRO (2015). A Tabela 3 situa o lugar ocupado pelas importações Chinesas com origem nos países da África Subsaariana, cuja média anual do seu peso no PIB é de 3,7%, o que é revelador de que a investida Chinesa no continente, através das suas estratégias *seeking*, ainda não atingiu o seu apogeu, para o alcance do qual se torna necessário reforçar os montantes envolvidos no IDE ou postos à disposição dos países Africanos via CID ou FOCAC.

Tabela 2 - Variação das exportações e importações chinesas de bens e serviços _ Unidade: %

Indicadores	Anos															
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	8.3	9.1	10	10.1	11.4	12.7	14.2	9.7	9.4	10.6	9.5	7.9	7.8	7.3	6.9	6.7
Exportações	7.5	22.4	34.5	35.6	27.3	28.2	26.8	18.9	-16.4	28.1	25.2	8.4	8.2	4.6	-4.1	-6.9
Importações	8.8	21.1	39.4	35.0	16.6	20.7	21.2	20.8	-10.2	34.0	32.3	6.5	9.1	5.8	-10.6	-2.9

Fonte: Banco Mundial (2018)

A abordagem Chinesa à África, focada nas “*raw materials*” e *commodities* energéticas tem fundamento no facto de que as condições naturais decorrentes da localização geográfica da China, determinam que a sua dotação de recursos naturais e energéticos não seja ajustada às suas necessidades de crescimento, o que torna a busca destes, um imperativo nacional, e a estratégia de IDE do tipo *resource seeking*, tendo à cabeça corporações estatais, surge em alinhamento à política governamental. Esta estratégia de IDE tem sido complementada com uma *strategic asset seeking*, através da qual “os bancos foram responsáveis pela maioria dos investimentos contabilizando 16,7% dos fluxos de 2006, atingindo 19 países, incluindo os EUA”, de acordo com ACIOLY & LEÃO (2011:58).

Tabela 3 - Peso no PIB das exportações e importações chinesas de bens e serviços _ Unidade: %

Indicadores	Anos															
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Exportações	20.3	22.6	27	31.1	33.8	36	35.4	32.5	24.5	26.3	26.5	25.4	24.5	23.5	21.3	19.7
Importações	18.2	20.1	24.8	28.4	28.4	28.4	26.7	24.9	20.1	22.6	24.1	22.7	22.1	21.4	18.1	17.4
Importações de África ²¹	1.8	1.7	1.9	2.6	2.9	3.3	3.4	4.5	3.8	4.0	5.0	5.6	5.7	5.7	3.3	3.4

Fonte: Banco Mundial (2018)

²⁰Agregado que compreende: crédito a exportadores, crédito a compradores das exportações chinesas, garantias e empréstimos concessionais.

²¹Importações de mercadorias de países Africanos de rendimento baixo e médio.

É neste âmbito que África, na qualidade de depositário de enormes reservas de recursos naturais e energéticos, ao longo da última metade da década de 2000, se tornou o alvo preferencial das corporações chinesas, ocupando a terceira posição no *Ranking* de receptores do IDE chinês, tornando o relacionamento África - China, estratégico. A tradução do carácter estratégico deste relacionamento em acções concretas, ganha ímpeto, e “um carácter multidimensional com a criação em 2000, do Fórum para a Cooperação China - África (FOCAC) e do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, fundado em 2003”, de acordo com CORREIA (2010:13).

A III Cimeira da FOCAC que teve lugar nos dias 03 e 04 de Setembro de 2018 (a primeira em 2006 e a segunda em 2015), tinha a questão do desenvolvimento do continente africano no topo da agenda, junto com a da conectividade, esta encimada pelo projecto chinês da “nova rota da seda”, interligando a Europa, Ásia Central, Sudeste Asiático e África, através de uma malha intercontinental de infra-estruturas (ferroviárias, aeroportuárias e portuárias e centrais eléctricas). Na ponta final da cimeira, a China acenou com USD60.000 milhões, disponíveis para os próximos três anos, destinados a reforçar a ajuda ao desenvolvimento dos países africanos, na sequência da necessidade de apoiar a “construção de uma África próspera, orientada para os africanos”.

Cooperação China - Moçambique

A cooperação China-Moçambique ganha novo fôlego e importância a partir da década de 1990 no âmbito do envolvimento global desta potência emergente asiática, com um perfil que se enquadra na constatação de SOUZA (2014), e guiada pelos objectivos elencados por CORREIA (2010), destacando-se no caso em apreço: (1) Acesso a recursos e matérias-primas (*Resource seeking*) e, (2) Conquistar o acesso a mercados mundiais (*Market seeking*), orientações estratégicas cabíveis numa política comercial, que são complementadas com incursões do tipo Busca de activos estratégicos (*Strategic Asset seeking*). Este envolvimento global se transformou numa condição *sine qua no*, decorrente da ambição por detrás do terceiro e último dos objectivos identificados por CORREIA (2010), mormente o de “Desempenhar um papel de maior relevância na cena política internacional”.

Na outra face da moeda se encontra Moçambique, que por razões totalmente diferentes, o seu pacote de *seekings* também se transformou numa condição *sine qua no*, na prossecução do desiderato do desenvolvimento económico perseguido desde a proclamação da independência nacional em 1975, num percurso sinuoso, que envolveu o falhanço do “desenvolvimentismo a todo o custo de 1980-1990”, o desencanto com o bloco socialista, a guerra civil, a adesão aos paradigmas do liberalismo e neoliberalismo (CONCEICAO; 2015 e CHEMANE; 2018), as “hostilidades militares”, e, mais recentemente, a crise económica despoletada pelo boicote ou congelamento do apoio directo ao orçamento do Estado, levado a cabo pelos parceiros ocidentais, em reacção às dívidas ocultas, contraídas à margem da lei e das instituições democráticas entre 2013-2014.

São indicadores de que o percurso é feito numa velocidade aquém do desejado, a persistência ainda de problemas nos sistemas de saúde, de abastecimento de água potável, do transporte público, de energia eléctrica, entre outros. A nível da energia, a meta de acesso universal à energia eléctrica até 2030, como parte dos objectivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, parece comprometida, considerando que actualmente apenas 28,6% do universo da população moçambicana, estimado em 28 milhões de pessoas, beneficiam deste serviço (ver Edições dos dias 29/06/2006, 17/05, 03/05, 29/09 e 03/10/2018 do Jornal Notícias). Neste particular, se pode afirmar, com base em UNCTAD (2005a) (citando HANNESSON 2002), que o país se encontra ainda na fase de crescimento acentuado da curva da “relação da intensidade do uso da energia e o rendimento *per capita*”.

É desta premência de se acelerar o ritmo do desenvolvimento, que o estatuto da China se graduou no discurso oficial do Governo de Maputo, conforme registado na Introdução²², sendo determinantes desta elevação, as que se prendem com o potencial Chinês de atender aos *seekings* de Maputo, nomeadamente financiamentos não sujeitos a condicionalidades, para aplicar em projectos estruturantes e influxo do IDE para fins diversos como a viabilização da industrialização, da exploração mineira, madeireira e da agricultura, sendo de inferir que o pacote de *seekings* de Moçambique compreende a tipologia de estratégias que BOTELHO (2015) reserva para o país receptor. Cruzando os dois *pacotes* de estratégias *seeking*, o resultado é a matriz do Quadro 1, na qual se indicam as *táticas* (projectos) adoptadas a título privado ou público, para o alcance do propósito ou interesse estratégico perseguido por cada um dos lados.

Os casos assinalados com *asterisco* na matriz do Quadro 1, representam situações de difícil classificação ou integração, o que em paralelo com os casos de empreendimentos já falidos ou intervencionados, apontam para a necessidade de Moçambique rever a sua política de atracção de IDE ou CID, sintonizando-a com a indicação de MHONE (2000) da necessidade de políticas que induzam a que os influxos a que se refere a Tabela 4, sejam direccionados a sectores estratégicos que reforçam a estratégia de transformação económica seguida, seja ela com base na agricultura, seja com base na industrialização. Na mesma linha se coloca a UNCTAD (2005b), quando aponta para a necessidade de se evitar a obsessão pela abertura, com concentração numa perspectiva mais pragmática e estratégica, relativa a como o IDE pode responder à agenda de desenvolvimento, trazendo não somente um crescimento rápido e sustentável, mas igualmente mudança estrutural e tecnológica.

²²Está em curso, via Suplementos Especiais do Jornal Notícias, uma estratégia de comunicação visando passar uma imagem do quão benéfica é a cooperação de Moçambique com a China, deixando-se, contudo, de se fazer referência à componente do endividamento.

Tabela 4 - Dívida de Moçambique para com a China e IDE chines em Moçambique²⁵

Indicador; Credor e Unidade	Anos																Acumulado
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
EXIMBANK (10 ⁶ USD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,055	-	357	-	-	1,412
EXIMBANK (10 ⁶ CNY)	-	-	-	-	-	-	309	-	755	574	-	708	1,106	1,680	-	-	5,132
GC (10 ⁶ CNY)	-	-	-	-	-	-	-	150	-	120	50	60	150	-	-	-	550
Contravalor (10 ⁶ USD)																	858 ²⁴
Total da Dívida (10 ⁶ USD)																	2.270
IDE (10 ⁶ USD) (*)	-	-	-	-	6	1	61	77	31	39	313	26	229	73	183	223	1,261
IDE (10 ⁶ USD) (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	124	36	45	52	33	295

NB: Existe uma pequena diferença entre a dívida contratualizada e os valores desembolsados até ao momento da elaboração do presente texto. Os valores aqui indicados se referem à dívida contratualizada. CNY=Yuan (Moeda Chinesa); USD= Dólar Americano

Fonte: Elaboração própria com base em dados obtidos na APIEX (*); Banco de Moçambique (**) e Ministério da Economia e Finanças.

As características da dívida reflectida na Tabela 4 podem ser assim resumidas: (1) crédito contraído junto do EXIMBANK of CHINA _ taxa de juros média de 2%; período de graça médio de 6 anos e maturidade média de 19 anos; (2) crédito do Governo da China _ taxa de juros 0%, período de graça de 10 anos e maturidade média de 19 anos, ficando clara a estratégia de não sobrecarregar o país por esta via, o que de contrário inviabilizaria os ganhos decorrentes do acesso ao mercado pelas empresas Chinesas. Contudo, não deixa de chamar atenção o facto de que a magnitude da dívida acumulada no final do período em análise, de USD2.270 milhões, corresponder a 20,6% do PIB de Moçambique de 2016. A partir da tabela em causa é difícil estabelecer um separador de águas entre influxos de IDE e da CID, dada a confusão referida por SOUZA (2014), sabido que estes fluxos envolvem o EXIMBANK ou o Governo da China (GC), com as decisões passando por dois órgãos pertencentes ao Ministério do Comércio²⁵ daquele país, o que de acordo com o mesmo autor (*Ibid*:264), “é indicativo das motivações primordialmente económicas e comerciais desta cooperação” e os “empréstimos subsidiados e perdão de dívidas são concedidos pelo EximBank desde 1995”.

²⁵Os dados sobre o IDE provêm de duas fontes, o que levanta o problema da consistência ou de fiabilidade. Foram mantidas as duas fontes para se evitar o risco de duplicação, mas claramente não se evita o problema da consistência.

²⁴Conversão à taxa de câmbio em vigor em 2016, de 6,6 CNY/USD, retirada de <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx> aos 08/10/2018

²⁵Trata-se do Departamento de Cooperação aos Países Estrangeiros (DCPE) e o Escritório de Assuntos de Cooperação Internacional (EACI), criados em 1982.

Quadro 1 - Matriz de Estratégias seeking da China e de Moçambique e correspondentes táticas e/ou projectos da sua materialização

		Pacote de Estratégias <i>seeking</i> da China		
		<i>Resource seeking</i>	<i>Market seeking</i> ²⁶	<i>Strategic Asset seeking</i>
Pacote de Estratégias <i>seeking</i> de Moçambique	IDE <i>seeking</i> (Substituição de Importações)		Investimento na produção de arroz na baixa de Xai-Xai e em Chôkuè; Investimentos diversos em pequenas metalurgias ou indústria ligeira; Investimento em fábricas de cimento nas províncias de Sofala e Maputo; Investimento na Agricultura na Zambézia e em Maputo; Investimentos diversos na construção ou imobiliária (incluindo a venda de materiais) (*) e no turismo; Pequenos investimentos no comércio a retalho (mercearia, vendas de peças, etc.) (*).	Investimento no capital social do Moza Banco ²⁷ e no Moza-Capital pela Geocapital
	IDE <i>seeking</i> & <i>Financing seeking</i> (Estimulação de Exportações)	Investimentos diversos na exploração de madeira; Investimentos diversos na exploração mineira ou indústria extractiva; Investimento numa fábrica de algodão na Província de Maputo.		A CNODC ²⁸ junto com a ENI e a ExxonMobil, detêm uma participação de 70%, do consórcio que integra ainda a Kogas (Correa), a GALP Energia (Portugal) e a ENH (Moçambique) todas com 10% cada. Este consórcio está a construir infra-estruturas de exploração do gás natural na Área 4 da bacia do Rovuma.
	<i>Financing seeking</i> (Investimentos de Iniciativa Governamental)		Centro Internacional de Conferências(*); Reabilitação do porto de pesca da Beira; Fornecimento de Equipamentos para a Polícia; Construção de 150 unidades habitacionais em Maputo(*); Construção do Estádio Nacional do Zimpeto; Investimento na Empresa Matdjedje Motors ²⁹ (*); Reabilitação das instalações da Presidência da República; Reabilitação do Aeroporto internacional de Maputo; Construção da zona económica especial de Manga-Mungassa (Cidade da Beira)(*); Construção da Estrada Circular e da Ponte Maputo-Catembe; Construção do Parque de Ciência e Tecnologia de Maluana ³⁰ ; Projecto de migração digital da Televisão ³¹ ; Reabilitação de Estradas; Projecto do ensino à distância; Construção dos Edifícios da PGR, Palácio da Justiça da Cidade de Maputo e do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Construção do Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias Agrárias de Boane; Diversos projectos cobertos pela rubrica "Cooperação Técnica"	
NB: (*) Projectos não incluídos no arrolamento da dívida pública, constante da Tabela 4, subentendo que se trata de projectos de iniciativa privada ou não abrangidos pelo período coberto pelo texto, ou ainda, que a respectiva dívida já foi paga ou perdoadada.				

Fonte: Elaboração própria, com base em ALVES (2012), Edição do dia 21/09/2018 do Jornal SAVANA e Ministério de Economia e Finanças

Este modelo de cooperação assenta numa dinâmica de cariz neoliberal e reducionista que segmenta o sistema mundo em países centrais e os da periferia, pecando pela transição lenta em direção à industrialização de uma das partes, o que ajudaria a contornar as vulnerabilidades típicas duma interdependência assimétrica. Antes pelo contrário, e conforme o demonstra a Tabela 4, a parte forte age no sentido da manutenção duma

²⁶Os investimentos de iniciativa governamental estão integrados na categoria "Market Seeking" devido ao facto de a China condicionar o acesso ao financiamento, à utilização de empresas chinesas na implementação dos projectos, o que é claramente uma forma de assegurar mercado para as mesmas.

²⁷Instituição entretanto intervencionada pelo Banco Central devido a problemas de liquidez e gestão não prudencial.

²⁸China National Oil and Gas Exploration and Development Corporation, que detém 20% da concessão.

²⁹Empresa de produção de automóveis e autocarros, numa iniciativa de USD200 milhões envolvendo dos Governos de Moçambique e da China, entretanto já falida (ver Edição do dia 28/09/2014 do jornal SAVANA em www.savana.co.mz).

³⁰No momento inicial este projecto envolveu o financiamento da Índia.

³¹Projecto de USD 156 milhões não incluído na dívida arrolada na Tabela 4, por cair fora do período coberto pelo texto.

relação assimétrica, apoiando-se numa política comercial do tipo “empobrecer o vizinho”³², instrumentalizando os fluxos de IDE e da CID em benefício das suas empresas, sabido os problemas com que Moçambique se debate, agravados pelo boicote atrás mencionado, e ainda o problema da falta de capacidade técnica ou tecnológica.

Financeirização da Estratégia da China em Moçambique

A *financeirização* da estratégia Chinesa em Moçambique é parte da globalização financeira é assegurada por um mecanismo que inclui o EXIMBANK of CHINA, através de um critério de financiamento que tem beneficiado as empresas Chinesas, encorajando o investimento destas em sectores como construção, mineração, agricultura e agro-indústria, habitação social, pescas e florestas, segundo CORREIA (2000).

A Tabela 4 revela o endividamento de Moçambique como efeito estratégico das assimetrias que caracterizam esta cooperação, e a mesma funciona como sinal de alerta face ao risco associado ao preço político de uma interdependência assimétrica total, como parece ser o caso. Na vertente de capitais públicos, este modelo de *financeirização*, está alinhado com os objectivos preconizados na política comercial, e quando combinado com o problema da escassez de recursos financeiros de que Moçambique padece, resulta na eliminação da possibilidade de as empresas chinesas enfrentarem concorrência no segmento das infra-estruturas, daí uma certa apetência por financiar megaprojectos.

Considerações Finais

O exercício desenvolvido ao longo do texto evidencia a crescente cooperação da China com África em geral e com Moçambique em particular, região à qual a estratégia de envolvimento global da China, reserva um papel especial, por ser depositário de *commodities* destinadas aos *raw materials* e de reservas energéticas. No referente ao IDE, depois de um arranque tímido em 2004, seguido de um aumento temerário entre 2007 e 2008, chegando a ocupar a segunda posição no *Ranking*, a partir de 2010, o valor do IDE dispara, com o pico a registar-se em 2011, ano em que atingiu a cifra de USD312,9 milhões (usando dados da APIEX).

É evidente que o envolvimento da China em Moçambique tem contribuído para o aumento da capacidade produtiva da economia, via edificação de infra-estruturas necessárias para o crescimento económico e a melhoria da prestação de serviços aos cidadãos pelo Estado. Contudo existem aspectos desfavorecendo este envolvimento, a exemplo da constatação de SKANSHOLM (2015), que não obstante o reconhecimento que faz das limitações da sua pesquisa, indica que os projectos integrados no seu estudo, demonstraram falhas relacionadas com o desenvolvimento sustentável, o que está em linha com as denúncias de desflorestação que a exportação da madeira para a China tem provocado em Moçambique, ou as denúncias de desmandos e/ou usurpação de terras das comunidades onde ocorrem projectos de exploração mineira e/ou agricultura, com conivência das autoridades, NHANTUMBO (2018).

³²Política que segundo KRUGMAN & OBSTFELD (2006), consiste em procurar aumentar o bem-estar nacional a expensas do bem-estar de outros países.

O sucesso da estratégia *resource seeking* que a China tem seguido, evidencia vulnerabilidade negocial moçambicana, que se traduz na incapacidade de impedir que a China, aposte nos mesmos mecanismos que norteavam a economia na época colonial: exportação de matérias-primas a fim de fortalecer seus próprios mercados, e igualmente não se vê comprometida com os mesmos padrões supostamente adoptados pelas empresas ocidentais, adoptando um pacote que inclui menores exigências quanto à qualidade, menores salários e padrões de trabalho mais baixos; HOFMANN (2015).

Decorrente da vulnerabilidade já aludida, os papéis das partes na aludida cooperação se assemelham aos da cooperação Norte-Sul, em que: (1) Moçambique é fornecer de “*raw materials*” (e gás natural num futuro próximo), receptor de produtos industriais e de crédito (dívida); (2) a China é fornecedora de recursos financeiros, de produtos industriais, de mão-de-obra especializada e da tecnologia, o que vai em linha com o alerta de Kraychete (2012) (cintando MILANI (sem data)), do potencial de reprodução do modelo de cooperação centro-periferia ou Norte-Sul, com o centro nos países da periferia que atingiram o estatuto de doadores, como a China.

O prognóstico é que os resultados de tal cooperação, relativamente à indução de um desenvolvimento sustentável, ao sejam diferentes da cooperação Norte-Sul, pois a China sai a ganhar sempre que na falta de melhores políticas de Governação, a saída encontrada é o recurso a projectos megalómanos³⁵ com elevado potencial de geração de elefantes brancos, por esta assegurar mercados para as suas exportações de produtos industriais e tecnologia, de capitais, de serviços, incluindo (*expertise* ou *know-how*) através da sua mão-de-obra, muitas vezes barata e mais qualificada. No caso da mão-de-obra, os benefícios amealhados pela China, incluem o retorno do IDE sob a forma de remessas de salários.

A saída que se apresenta ao país é a aposta em projectos orientados para a sua transformação económica, isto é, alteração gradual da sua actual especialização na exportação de “*raw materials*”, para a especialização na exportação de produtos industriais, principalmente porque o *timing* do imperativo de aprimoramento do actual cruzamento das estratégias *seeking*, em busca de retornos desenvolvimentistas, está em contagem decrescente.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana & LEAO, Rodrigo (2011); China, In ACIOLY, Luciana et al (2011), **Internacionalização de Empresas**, IPEA, Brasília.

ARRIGHI, Giovanni (2006), **O longo século XX**, 5ª Reimpressão, Editora Unesp, São Paulo, Brasil.

³⁵ A imprensa publicou diversas análises críticas sobre a ponte Maputo-Catembe em Maputo/Moçambique, a última das quais, da autoria de NOVA & MOSCA, está indicada nas referências. Segundo o mesmo texto analítico, se trata da “maior ponte suspensa do continente africano”, num país onde, para citar apenas alguns exemplos, ainda se morre de doenças evitáveis ou a população se ressentida de gritantes problemas de transporte público. O caso da Empresa Matdjedje Motors, é claramente uma situação de “um passo maior que a perna” atendendo ao actual nível de desenvolvimento da economia de Moçambique, medido pelo seu PIB *per capita* que registrou uma média anual de USD433 durante o período a que se refere o presente texto.

- ALVES, Ana (2012), os interesses bancários Chineses em Moçambique: o caso da Geocapital, In “**A Mamba e o Dragão. Relações Moçambique-China em perspectiva**”, Edição IESE/SAIIA, Maputo.
- BANCO MUNDIAL (2018). Dados disponíveis em <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx>.
- BOLETIM DA REPUBLICA_I SERIE N° 34 de 30/08/2010, **Resolução do Conselho de Ministros; Aprova a Política Externa da Republica de Moçambique.**
- BOTELHO, J. M. M. (2015), **internacionalização de empresas _ contributos para a construção de um modelo de suporte à análise e à implementação de estratégias de internacionalização**, Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Gestão, disponível em https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/17794/1/tese_vfinal.pdf, consultado aos 24/07/2017
- BRITO, Iris de (sem data), A Economia dos Conflitos Violentos em África; **CEAD - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**, acesso aos 10/07/2017, disponível em http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/112/iris_brito.pdf?sequence=1;
- CARMODY, Padraig & OWUSU, Francis (2011), A expansão da China para África: Interesses e Estratégias; In LEÃO, R. P. F. et al. (2011), **A China na nova configuração global: Impactos políticos e económicos**, IPEA, Brasília.
- CEPAL (2002), **Globalização e desenvolvimento**, VIGÉSIMO NONO PERÍODO DE SESSÕES, BRASÍLIA, BRASIL.
- CHEMANE, Vasco Alberto (2018), Relações Moçambique-Brasil _ Um caso particular de pragmatismo na abordagem às economias emergentes, **Revista Conjuntura Austral**, v.9, nº 46, p. 48-66, Abril/Maio.
- CHENERY, Hollis, ROBINSON, Sherman, SYRQUIN, Moshe (1986), **Industrialization and Growth _ A comparative study**, Oxford University Press.
- CONCEIÇÃO, Francisco (2015), **Implicações Políticas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Moçambique: Da Solidariedade Socialista à Trajectória Tradicional do Norte e à Experiência Emergente do Sul (1975-2013)**, tese de Doutoramento em Ciência Política, submetida à Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- CORREIA, C. G. A. A. (2010), **Modelo de Cooperação da China para África _ Análise de um estudo de caso em Moçambique**, Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão, ISCTE-IUL, Lisboa, disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3948/1/ARANDA_Claudia_TESE_MESTRADO_Modelo%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20da%20China%20para%20Africa_Analise%20de%20um%20Estudo%20de%20Caso%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf, acesso aos 18/07/2017.
- CRAVINO Janete S. (2011), Especificidade dos conflitos em África, **Revista Militar** N.º 2512 - Maio de 2011, pp 679 - 721, acesso aos 10/07/2017, disponível em <http://www.revistamilitar.pt/artigopdf/658>.
- CRAVINO Janete S. (2009), Especificidade dos conflitos em África, **Revista Militar** N.º 2493 - Outubro de 2009, pp 1207 - 0, acesso aos 10/07/2017, disponível em <http://www.revistamilitar.pt/artigopdf/510>.
- HOFMANN, Katharina (2015), Moçambique – no faroeste dos BRICS _ Investimentos arriscados dos países emergentes ou oportunidades para uma transformação económica? **Friedrich-Ebert-Stiftung**, disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/iez/11478-20150629.pdf>.
- FARIA, L. A. E. (2003), **A Chave do tamanho: desenvolvimento económico e perspectivas do Mercosul**, Porto Alegre.

- FMI (1993), **Balance of Payments Manual**, disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/bopman/bopman.pdf>, acesso aos 08/08/2017.
- KEOHANE, Roberto O. & NYE, Joseph S. (2012), *Power and Interdependence*, Longman Classics in Political Science, Fourth Edition.
- KRUGMAN, Paul R. & OBSTFELD, M. (2006), **Economia Internacional _ Teoría Y Política**, PEARSON EDUCACIÓN, S.A., Madrid.
- KRAYCHETE, Elsa Sousa, (2012), Desenvolvimento e cooperação internacional, **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 183-186, Maio/Ago; disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a01.pdf>, acesso aos 08/10/2018.
- MACHADO, Letícia Wittin (2012), **As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais**, acesso aos 07/07/2017, disponível em <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/PEPI DISSERTAO LETICIA WITTLIN MACHADO.pdf>;
- MINTZBERG, Henry & QUINN, James, (1992); **The Strategy Process**, Prentice Hall, New Jersey/USA.
- MEDEIROS, C. A. (2013), Recursos Naturais, Nacionalismo e Estratégias de Desenvolvimento. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 143-167.
- MEDEIROS, C. A. (2006), A China como um duplo pólo na economia Mundial e a recentralização da economia Asiática, **Revista de Economia Política**, vol. 26, n° 3 (103), pp381-400, Julho-Setembro.
- MHONE, Guy C. Z. (2000), **Enclivity and constrained labour absorptive capacity in southern African economies**, disponível em http://adapt.it/adapt-indice-a-z/wp-content/uploads/2014/08/mhones_enclivity_2000.pdf, acesso aos 27/11/2017.
- MILNER, Helen (1999), **The political economy of international trade**, Annual Review Political Science, 2:91-114, disponível em <https://web.stanford.edu/class/polisci243c/readings/v0002017.pdf>.
- NAKATANI, P. & MARQUES, R. M. (), **a finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo**, JEL:B51, F37.
- NHACHENGO, Reginaldo (2018), Verde – Azul: paradigmas de desenvolvimento sustentável e desafios para Moçambique no contexto das políticas públicas, **CEEI/ISRI**, Working Paper N° 02 – Julho.
- NHANTUMBO, Armando, China mostra cada vez mais “boa vontade” a Moçambique face ao bloqueio ocidental _ O preço da mola dos “irmãos chineses”, **Jornal Savana**, Maputo, 21/09/2018, disponível www.savana.co.mz .
- NOVA, Yara & MOSCA, João, Quanto custa a ponte Maputo/Catembe?, **Jornal Savana**, Maputo, 22/06/2018, disponível www.savana.co.mz .
- OSTERHAMMED, Jürgen & PETERSON, Niels P. (2005), **Globalization _ a short History**, Princeton University Press, Princeton and Oxford.
- PRASAD, Eswar (2017), A Middle Ground _ The renminbi is rising, but will not rule, **IMF**, Finance & Development, March.
- RIBEIRO, Valéria Lopes (2015), **A expansão chinesa na África: comércio, investimentos e fluxos financeiros**, Textos de Economia, Florianópolis, v.18, n.1, p.11-36, jan./jun, disponível em <file:///F:/IDE%20Chines%20em%20Africa%2042035-139547-1-SM.pdf> ; acesso aos 26/12/2018.

SANGREMAN, Carlos (2009:8), A teoria da Cooperação Internacional para Desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa, **Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento**, disponível em https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/80.pdf; acesso aos 08/10/2018.

SITE: [HTTP://DATABANK.WORLDBANK.ORG/DATA/REPORTS.ASPX](http://DATABANK.WORLDBANK.ORG/DATA/REPORTS.ASPX); acesso aos 19/08/2018.

SKANSHOLM, Hanna (2015), **Chinese Involvement in Mozambique _ Sino-Mozambican Relations Understood through the Perspectives of Farmers in Boane and Xai-Xai**, Dissertação de Mestrado, em “Estudos Globais”, apresentada na Universidade de GOTHENBURG, School of Global Studies, disponível em https://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/44475/1/gupea_2077_44475_1.pdf. , acesso aos 01/10/2018

SOUZA, André de Mello e (2014), A cooperação internacional para o desenvolvimento da Índia e da China; In “**REPENSANDO A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO**” _ Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, IPEA.

SUPLEMENTO ESPECIAL, **Jornal Notícias**, Maputo, 07/07/2017, 05/07/2018 e 01/10/2018 disponível em www.jornalnoticias.co.mz.

TOMAZINI, Rosana Correa (2017), Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão, **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017, p. 28-48.

UNCTAD (2005a), **Trade and Development Report _ New Features of Global Interdependence**, disponível em http://unctad.org/en/docs/tdr2005_en.pdf, acesso aos 21/05/2018.

UNCTAD (2005b), **Economic development in Africa _ Rethinking the Role of Foreign Direct Investment**, UN, New York/Geneva, disponível em http://unctad.org/en/Docs/gdsafrica20051_en.pdf, acesso aos 31/10/2017.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (2006), After Development and globalization, what?, disponível em http://muse.jhu.edu/journals/social_forces/v083/83.3wallerstein.html.

*Recebido em 13 de novembro de 2018.
Aprovado em 28 de dezembro de 2018.*

RESUMO

A cooperação Moçambique-China, à semelhança do que tem estado a acontecer por toda a África, tem registado avanços significativos, induzindo ao envolvimento quer de entidades Estatais, quer de capitais privados, com Moçambique assumindo o papel de fornecedor de “raw materials” com destaque para a madeira e outros recursos naturais, recebendo em contra partida, fluxo de capitais na forma de IDE ou CID, usados como instrumentos de acesso das empresas chinesas ao mercado moçambicano, na prossecução dos objectivos da China, de acesso a mercados mundiais e de um papel de maior relevância na cena política internacional, relação que à luz das estratégias e táticas usadas, tem sido desviada da cooperação sul-sul, assumindo as características típicas da cooperação norte-sul, conforme as peculiaridades e resultados descritos no presente texto.

Palavras-chave: Cooperação; Globalização; Estratégias *Seeking*.

ABSTRACT

Mozambique-China cooperation, as in all of Africa, is recording significant advances, inducting to involvement either state entities either private capitals, with Mozambique rolling the play of supplier of *raw materials* with distinction to wood and others natural resources, receiving in opposition capital inflows in form of FDI or ICD, which are used as instruments to allow the Chinese enterprises to reach the Mozambican market, in prosecution of the Chinese objectives of accessing the global markets and playing a role of greater relevance in international political scenery, relation that in light of the *strategies* and *tactics* that are used, is being deviated from the south-south cooperation, assuming the typical characteristics of north-south cooperation, according to the peculiarities and results described in present text.

Key-words: Cooperation; Globalization; *Seeking* Strategies.